

Um Congresso sem controle

A direção e as lideranças partidárias perderam o controle da Câmara dos Deputados. Esse fato, do qual havia indícios, tornou-se ostensivo na votação de anteontem da lei que regulamenta a eleição municipal de novembro. Não só perdeu o controle político como até mesmo deixou de impor um comportamento civilizado (em alguns casos, ético) a um rebaixado plenário. A Aliança Democrática não funcionou e o comando do PMDB foi repelido por correligionários e por estrondosa maioria parlamentar.

Evidentemente há causas objetivas para a situação. Uma delas, segundo testemunha o Deputado Israel Pinheiro Filho, é a insatisfação dos deputados com a indecisão do Governo de nomear diretores e delegados de repartições — os famosos segundo e terceiro escalões — que, devendo ter sido preenchidos em março, continuam vagos. O Presidente da República tem sua parte de responsabilidade na indefinição, mas a parte principal é dos próprios partidos. Para cada diretoria há pelo menos dez indicações e os políticos não se entendem entre si. Os presidentes dos partidos da Aliança levam nomes sem prévia definição e o Governo não dispõe de elementos para decidir em lugar dos partidos, a menos que resolva abandonar as reivindicações e nomear segundo critérios próprios.

Mas a não nomeação gera ansiedade nas bancadas governistas, mobiliza seus membros contra a presidência do partido, contra os ministros de Estado, contra o Governo. Vota-se tumultuadamente e cada um vota de acordo com seu próprio interesse, na medida em que os comandos partidários perderam as condições de impor um mínimo de disciplina a seus correligionários. A abertura partidária estimula a indisciplina. Hoje qualquer legenda é possível e além das disponíveis no momento outras se criariam a qualquer hora.

Outra fonte da insatisfação e da desordem legislativa está no descompasso entre algumas políticas oficiais e o pensamento de grandes agrupamentos parlamentares. As dissensões internas no Governo projetam-se no Congresso e o Governo é criticado por fazer e por não fazer a reforma agrária, por mudar e por não mudar a lei de greve, por negociar segundo o roteiro do Governo anterior com o FMI ou por não fazer uma opção nítida a respeito. Uma respeitável aglomeração de 90 parlamentares postula a denúncia dos acordos em vigor ou em negociação com o FMI e propõe a suspensão do pagamento dos juros e uma auditoria internacional para definir o volume da dívida, sua origem e sua legitimidade. Esse grupo, inspira-

do pela esquerda independente, já está insinuando que, se o Governo não atender suas objeções, a saída é formar um novo partido e postular novas diretrizes para a nação, independentemente do Governo Sarney. Em suma, é a desagregação final do PMDB.

O Ministro da Fazenda está anunciando cortes de 25% nos dispêndios públicos e nisso parece ter submetido seus adversários internos. O ministro Sayad já está com o plano de corte de despesas na medida justa pleiteada pelo Ministro Francisco Dornelles, o qual assegura também que não fará cair as taxas de juros. Isso agrada o Banco Central mas contraria o Ministro do Planejamento e se opõe à conexão paulista que tende a exercer influência crescente junto ao Presidente Sarney. A dupla Sodré-Machline, com suas extensões doutrinárias ou executivas, como Rosenberg, Funaro e outros, está ativa e já incluída no conselho de alto nível. Dará trabalho ao Sr Dornelles em matéria de juros e ao Ministro Nelson Ribeiro em matéria de reforma agrária. O Presidente Sarney, em meio à feira dos partidos, reflui para seu círculo íntimo, aquele com o qual tem longa convivência e com o qual ingressou no universo da economia.

Mas a opinião do Congresso é imprevisível. O Governo já não tem segurança de ver aprovado qualquer projeto de lei que enviar ao Poder Legislativo. Sua força hoje reside no seu poder de veto. Na realidade, ninguém mais comanda Senado e Câmara, nem Governo, nem partidos, nem ninguém. O que depender de lei será sempre o imprevisível. Não há lideranças legislativas e a situação se assemelha àquela que, na antiga UDN, seu ex-presidente Juraci Magalhães, chamava de "insubordinação civil". O Presidente deverá limitar-se a mandar neste segundo semestre eleitoral apenas a emenda de convocação da Constituinte.

Acontece que o próximo ano também será eleitoral, com a preparação da campanha para eleger governadores e os membros da Assembléia Nacional Constituinte. A desordem partidária se agravará e a solução possível é deixar as questões vitais à decisão dos constituintes, na expectativa de que a eleição propicie a formação de aglomerados majoritários nos quais possa se apoiar o Governo para tornar pelo menos digerível o projeto de Constituição que o professor Afonso Arinos tem ainda a ilusão de fazer e de com ele emocionar uma Assembléia, que será tumultuada pelo caos ideológico em que vive a nação.

A reação dos grupos mais conservadores, de influir financeiramente na arregimentação eleitoral, não parece a mais coerente com a aspiração democrática do país e apresenta-se como uma resposta incompetente ao desafio das esquerdas, que alimentam a ilusão de fazer a maioria onde não são maioria, isto é, num país que ainda não se sensibilizou pelas propostas de socialização em qualquer nível.